

Metodologia qualitativa de pesquisa

Heloisa Helena T. de Souza Martins

Universidade de São Paulo

Resumo

Este artigo apresenta reflexões sobre o que significa fazer ciência no âmbito dos métodos e técnicas qualitativos da sociologia. Tem como pressupostos uma compreensão de metodologia como o conhecimento crítico dos caminhos do processo científico, que indaga e questiona acerca de seus limites e possibilidades; e o reconhecimento de que todo conhecimento sociológico tem, como fundamento, um compromisso com valores. A pesquisa qualitativa é definida como aquela que privilegia a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados, e caracterizada pela heterodoxia no momento da análise. Enfatiza-se a necessidade do exercício da intuição e da imaginação pelo sociólogo, num tipo de trabalho artesanal, visto não só como condição para o aprofundamento da análise, mas também – o que é muito importante – para a liberdade do intelectual. Discutem-se as principais críticas feitas à pesquisa qualitativa, em especial as acusações de falta de representatividade e de possibilidades de generalização; de subjetividade, decorrente da proximidade entre pesquisador e pesquisados; e o caráter descritivo e narrativo de seus resultados. Neste contexto, reflete-se sobre os problemas éticos envolvidos nesse tipo de pesquisa, e retoma-se brevemente a história que culminou com o predomínio do enfoque quantitativo, especialmente na sociologia norte-americana do pós-guerra. Em conclusão, o texto propõe que hoje o mais importante é produzir um conhecimento que, além de útil, seja explicitamente orientado por um projeto ético visando a solidariedade, a harmonia e a criatividade.

Palavras-chave

Sociologia – Metodologia qualitativa – Pesquisa sociológica.

Correspondência:
Heloisa Helena T. de Souza Martins
FFLCH / USP
Depto de Sociologia
e-mail: heloisah@usp.br.

Qualitative research methodology

Heloisa Helena T. de Souza Martins

Universidade de São Paulo

Abstract

This article presents considerations about what it means to do science within the context of qualitative methods and techniques in sociology. It is founded on the conception of methodology as the critical knowledge of the ways of the scientific process, a knowledge that questions and investigates its own limits and possibilities, and also on the recognition that all sociological knowledge has at its basis a commitment to values. Qualitative research is defined by its stress on the analysis of micro-processes through the study of individual and group social actions, carrying out an intensive assessment of data, and characterized by heterodoxy in the analysis. It emphasizes the need for the exercise of intuition and imagination by the sociologist, in a kind of handmade work, seen not only as a condition for an in-depth analysis, but also – and that is very important – for the freedom of the intellectual. The main criticisms made against qualitative research are discussed, especially the allegations of lack of representativeness and possibilities for generalization; of subjectivity due to the closeness between researcher and researched, and the descriptive and narrative character of its results. Within this context, considerations are made on the ethical problems involved in this kind of research, and a brief review is made of the history that culminated in the dominance of the quantitative approach, particularly in the postwar North American sociology. The text concludes by proposing that it is most important today to produce knowledge that, besides being useful, is also explicitly oriented by an ethical project aiming at solidarity, harmony and creativity.

Keywords

Sociology – Qualitative methodology – Sociological research.

Contact:

Heloisa Helena T. de Souza Martins

FFLCH / USP

Depto de Sociologia

e-mail: heloisah@usp.br

As considerações aqui apresentadas partem, em larga medida, de meu lugar de socióloga e de minha experiência na docência de Métodos e Técnicas de Pesquisa, disciplina obrigatória do curso de Ciências Sociais, voltada, sobretudo, à metodologia qualitativa de pesquisa. Início, portanto, tratando de alguns conceitos que estarão presentes na minha argumentação.

Antes de mais nada é preciso esclarecer que metodologia é entendida aqui como o conhecimento crítico dos caminhos do processo científico, indagando e questionando acerca de seus limites e possibilidades (Demo, 1989). Não se trata, portanto, de uma discussão sobre *técnicas qualitativas* de pesquisa, mas sobre *maneiras de se fazer ciência*. A metodologia é, pois, uma disciplina instrumental a serviço da pesquisa; nela, toda questão técnica implica uma discussão teórica.

Outra distinção importante, extraída do estudo *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*, de Florestan Fernandes (1959), é a que se deve estabelecer entre, de um lado, *métodos técnicos* ou métodos de investigação – ou seja, processos pelos quais a realidade é investigada, ou ainda, “as manipulações analíticas através das quais o investigador procura assegurar para si condições vantajosas de observação dos fenômenos” (Fernandes, 1959, p. 13) – e, de outro, *métodos lógicos*, isto é, os processos de formação das inferências e de explicação da realidade, que Florestan chama de *métodos de interpretação*.

Um rápido olhar pela história da sociologia permite perceber que essa área do conhecimento foi sempre marcada pela necessidade de definir seu objeto com clareza e precisão, bem como de compreender como se aplicam os fundamentos da ciência e os princípios do método científico no campo sociológico. O objetivo dessa busca foi a superação das análises impressionistas e extracientíficas acerca das sociedades e a valorização da ciência enquanto forma de saber positivo, um discurso intelectual diante da realidade, que pressupõe

“determinados procedimentos de obtenção, verificação e sistematização do conhecimento e uma concepção do mundo e da posição do homem dentro dele” (Fernandes, 1977, p. 50).

Tratava-se, fundamentalmente, da necessidade de “fazer ciência”, segundo procedimentos do método científico. Reconhecendo que o “método é o mesmo em todos os ramos do saber” (Fernandes, 1959, p. 54-55), os sociólogos tinham como tarefa realizar a transferência desse método para a investigação dos fenômenos sociais. O objetivo era o de definir um método essencialmente sociológico que pudesse dar conta do seu objeto. Isto porque a sociologia foi sempre apresentada como tendo uma base científica frágil, em decorrência das dificuldades de tratamento de um objeto como o ser humano, tão sujeito a modificações, complexo e que, principalmente, reage a qualquer tentativa de caracterização e previsão. Além do que, a análise do comportamento humano é feita por um observador humano falível e tendendo a distorcer os fatos.

Roberto Da Matta apresenta uma análise, na perspectiva da hermenêutica, da relação sujeito/objeto que considero interessante apresentar aqui. Segundo esse antropólogo, temos que considerar a “interação complexa entre o investigador e o sujeito investigado” que compartilham, mesmo que muitas vezes não se comuniquem, “de um mesmo universo de experiências humanas” (1991, p. 23). O que permite superar nossos preconceitos em relação ao “outro”, ao diferente, é a possibilidade de dialogar com o nativo. É nessa possibilidade de diálogo que reside a principal diferença com as ciências naturais e o seu objeto: o objeto das ciências sociais “é transparente e opaco” (p. 27), tem o seu ponto de vista, as suas interpretações, que muitas vezes colocam as nossas em xeque.

Assim, na sociologia, como nas ciências sociais em geral, diferentemente das ciências naturais, os fenômenos são complexos, não sendo fácil separar causas e motivações isoladas e exclusivas. Não podem ser reproduzidos em laboratório e submetidos a controle. As re-

construções são “sempre parciais, dependendo de documentos, observações, sensibilidades e perspectivas” (Da Matta, 1991, p. 21). Mas, se por um lado, isso tudo não inviabiliza a observação, por outro, é preciso reconhecer que na pesquisa sociológica não é possível ignorar a influência da posição, da história biográfica, da educação, interesses e preconceitos do pesquisador (p. 22). Com isso quero deixar claro que para mim, como para autores como Thiollent (1980) e Becker (1977), no trabalho de pesquisa sociológica, a neutralidade não existe e a objetividade é relativa, diferentemente do que ocorre no positivismo — do qual, aliás, partem muitas das críticas feitas à metodologia qualitativa. Tem-se aqui, portanto, uma posição mais próxima à de Max Weber (1864-1920) do que à de Émile Durkheim (1858-1917). A sociologia weberiana parte do reconhecimento de que todo conhecimento sociológico tem, como fundamento, um compromisso com valores. A objetividade, portanto, provém de critérios que serão definidos pelo pesquisador em relação aos problemas que ele está investigando.

Assim, diante da diversidade de perspectivas, o “fazer ciência” não segue um único modelo ou padrão de trabalho científico. Ao contrário, a sociologia foi sempre marcada pela diversidade de métodos (e de técnicas) de investigação e de métodos de explicação. Vejamos de forma bastante simplificada, no nível dos métodos e técnicas qualitativos o que significa “fazer ciência”. É preciso esclarecer, antes de mais nada, que as chamadas metodologias qualitativas privilegiam, de modo geral, a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais. Realizando um exame intensivo dos dados, tanto em amplitude quanto em profundidade, os métodos qualitativos tratam as unidades sociais investigadas como totalidades que desafiam o pesquisador. Neste caso, a preocupação básica do cientista social é a estreita aproximação dos dados, de fazê-lo falar da forma mais completa possível, abrindo-se à realidade social para melhor apreendê-la e compreendê-la. Se há uma característica que constitui a marca

dos métodos qualitativos ela é a *flexibilidade*, principalmente quanto às técnicas de coleta de dados, incorporando aquelas mais adequadas à observação que está sendo feita.

No final de *Branco e negro em São Paulo*, de Florestan Fernandes e Roger Bastide (1959), há um plano de pesquisa no qual se registra uma farta quantidade de métodos e técnicas utilizadas pelos autores (observação direta, observação participante, entrevistas, biografias, documentação de arquivo, etc.). Foi durante a realização daquela pesquisa que, pela primeira vez, na Universidade de São Paulo, um pesquisador trouxe os pesquisados para o interior da instituição e criou um grupo de discussão sobre o tema da pesquisa — iniciativa que fazia parte do processo de levantamento de dados. Assim, dependendo do problema sociológico formulado, abria-se um campo extremamente rico de possibilidades de investigação — obviamente não isento de problemas, como se verá a seguir.

Outra característica importante da metodologia qualitativa consiste na heterodoxia no momento da análise dos dados. A variedade de material obtido qualitativamente exige do pesquisador uma capacidade integrativa e analítica que, por sua vez, depende do desenvolvimento de uma capacidade criadora e intuitiva. A maior dificuldade da disciplina de métodos e técnicas de pesquisa está na dificuldade de ensinar como se analisa os dados — isto é, como se atribui a eles significados — sendo mais fácil ensinar a coletá-los ou a realizar trabalho de campo. A intuição aqui mencionada não é um dom, mas uma resultante da formação teórica e dos exercícios práticos do pesquisador. Já no desenvolvimento do emprego de metodologias quantitativas, o que se procura é justamente o contrário, isto é, controlar o exercício da intuição e da imaginação, mediante a adoção de procedimentos bem delimitados que permitam restringir a ingerência e a expressão da subjetividade do pesquisador.

Obviamente, não se pretende aqui afirmar que uma metodologia é superior à outra. Um cientista social não se forma enquanto tal

se não souber lidar tanto com o instrumental qualitativo quanto com o quantitativo. O uso de uma metodologia ou de outra dependerá muito do tipo de problema colocado e dos objetivos da pesquisa. Em certos momentos da história de afirmação da sociologia como ciência, uma das metodologias teve predominância sobre a outra, e é preciso entender o porquê dessas escolhas. O ponto principal que quero enfatizar, no que se refere especificamente à metodologia qualitativa, é que com ela, a pesquisa depende, fundamentalmente, da competência teórica e metodológica do cientista social. Trata-se de um trabalho que só pode ser realizado com o uso da intuição, da imaginação e da experiência do sociólogo (o que não significa que no caso da metodologia quantitativa também não seja requerida a competência: é que, neste caso, a formalização técnica acaba dominando o pesquisador).

Em *Sociologia como uma forma de arte*, Robert Nisbet (2000) afirma a importância da imaginação e da intuição no trabalho sociológico. Para ele, muito do que se fez na sociologia clássica teria a ver com procedimentos intelectuais que aproximam o sociólogo muito mais de um artista do que de um cientista social preso a regras metódicas. Certamente, Nisbet preserva as diferenças que há entre o conhecimento sociológico e o artístico. Para ele, porém, é importante resgatar momentos em que foi grande a aproximação entre esses domínios e nos quais a intuição e a imaginação possibilitaram o desenvolvimento tanto de um quanto de outro. Um trabalho assim entendido exige que o sociólogo afirme a sua responsabilidade intelectual através de um tipo de trabalho artesanal, visto não só como condição para o aprofundamento da análise, mas também — o que é muito importante — para a liberdade do intelectual.

Principais críticas

Apesar da importância que essa concepção de sociologia e seus representantes alcançaram na sociedade e na universidade, não falta-

ram críticas e restrições. A proximidade (ainda que muitas vezes meramente física) entre o sujeito e objeto do conhecimento, requisito metodológico central da metodologia qualitativa, favoreceria o comprometimento subjetivo do pesquisador e conduziria a trabalhos de caráter especulativo e pouco rigorosos, arriscando, assim, a neutralidade e a objetividade do conhecimento científico. Eram, por isso, considerados estudos descritivos e exploratórios, devido às dificuldades de se chegar a uma explicação resultante da comparação e da generalização. Para muitos, tratava-se de estudos pré-científicos.

Um primeiro aspecto abordado pela crítica à metodologia qualitativa diz respeito à questão da *representatividade*. Como essa metodologia trabalha sempre com unidades sociais, ela privilegia os *estudos de caso* — entendendo-se como *caso*, o indivíduo, a comunidade, o grupo, a instituição. O maior problema, neste sentido, segundo os críticos, se encontraria na escolha do caso: até que ponto ele seria representativo do conjunto de casos componentes de uma sociedade?

A indagação acerca da representatividade está relacionada às possibilidades de *generalização* e se baseia na noção estatística de *amostra*. Pensar em amostra é reportar-se a um conjunto selecionado em determinada população, da qual seria representativo. A constituição da amostra deve ser casual, aleatória. É possível, por esse ponto de vista, medir o desvio da amostra em relação a determinada população e empregar coeficientes que indicam com precisão a existência de distorções ou erros, bem como as possibilidades de efetuar uma generalização em direção à população. Entretanto, ao se trabalhar com o *caso*, como garantir que o indivíduo escolhido ou a comunidade selecionada, por exemplo, são representativos do conjunto do qual fazem parte? Seja como for, do ponto de vista estatístico, restarão sempre dúvidas acerca da representatividade.

Um segundo problema comumente apontado diz respeito à *subjetividade*, que resulta da aproximação entre sujeito e objeto (empírico) do

conhecimento, pesquisador e pesquisado. Há um método, principalmente usado pela antropologia, mas também pela sociologia, denominado *observação participante*, que dentre todos é o que mais levanta questões sobre aquela aproximação. Em qualquer tipo de pesquisa, seja em que modalidade ocorrer, é sempre necessário que o pesquisador seja aceito pelo outro, por um grupo, pela comunidade, para que se coloque na condição ora de partícipe, ora de observador. E é preciso que esse outro se disponha a falar da sua vida. Trata-se do que Bronislaw Malinowski (1978) chamava de “a necessidade de mergulhar na vida do outro”, para que essa vida possa, em alguma medida, ser reconstituída.

Esse mergulho na vida do grupo e em culturas às quais o pesquisador não pertence depende de que ele convença o outro da necessidade de sua presença e da importância de sua pesquisa. Para que a pesquisa se realize é necessário que o pesquisado aceite o pesquisador, disponha-se a falar sobre a sua vida, introduza o pesquisador no seu grupo e dê-lhe liberdade de observação. Esse mergulho na vida de grupos e culturas aos quais o pesquisador não pertence, exige uma aproximação baseada na simpatia, confiança, afeto, amizade, empatia, etc. Para os positivistas, essa referência a sentimentos é motivo para dúvidas a respeito do caráter científico do conhecimento produzido. Como é possível — dizem eles — fazer uma pesquisa, garantir a objetividade e a neutralidade, partindo-se de um relacionamento marcado, por exemplo, pela amizade? Esse mal-estar positivista gera uma constante acusação de falta de confiabilidade em relação a dados obtidos a partir da relação entre pesquisador e pesquisado marcada por sentimentos.

O antropólogo Sidney Mintz realizou uma pesquisa em Porto Rico com o objetivo de estudar as relações de trabalho na agroindústria do açúcar. Durante a pesquisa, Mintz manteve intenso relacionamento de amizade com um nativo, Taso, que se tornou seu principal informante. Posteriormente, o antropólogo decidiu voltar àquele país e fazer uma história de vida

daquele nativo.¹ Como era de se esperar, alguns críticos fizeram sérias objeções ao trabalho, uma das quais, justamente, por se tratar de um relato mediado pela amizade. Supunha-se que, ao fazer um relato da própria vida a Mintz, aquele nativo teria exposto ao amigo norteamericano apenas informações que preservassem junto a ele uma imagem positiva acerca de si mesmo, e teria omitido aquelas que, de alguma forma, pudessem abalar a amizade. Mintz publicou então um artigo para refutar essas objeções, afirmando que foi justamente por serem amigos que foi possível realizar a história de vida: “Foi por causa de sua inteligência, sua amabilidade e seu desejo de ajudar que ele me tornou seu amigo. Foi porque éramos amigos que me atrevi a propor que, uma vez mais, trabalhasse comigo. Porque éramos amigos, acredito, ele concordou” (Mintz, 1984, p. 52).

Abro aqui um parêntese nessas considerações sobre o método da história de vida para chamar a atenção para o fato de que em nossos dias ganhou grande expressão o movimento da história oral, por meio de associações, congressos e publicações relacionados a ela, com a participação de sociólogos, antropólogos e historiadores. Há uma voga recente na qual inúmeros cientistas sociais se vêem como realizadores de história oral. Deve-se, porém, frisar que quem faz história oral são os historiadores. Cabe aos cientistas sociais obter os relatos orais por meio de entrevistas, construir histórias de vida, como sempre o fizeram. História oral é um movimento voltado não à coleta de documentos já produzidos, mas à elaboração de novos documentos a partir de relatos e entrevistas de informantes que não necessariamente têm uma projeção na vida pública ou alguma notoriedade, mas que se encontram em condições de relatar algo sobre sua participação na história. O recurso ao depoimento oral, como forma de construção do documento, tem levantado várias questões (e

1. Publicada com o título *Worker in the cane*. New Haven: Yale University Press, 1960.

objeções) que dizem respeito à memória. A referência “às peças que a memória prega” baseia-se na compreensão de que entre o tempo do acontecimento e o tempo presente do relato o informante, a cuja memória se apela, viveu um conjunto de experiências que, de certa forma, orientam a visão que ele tem do passado. Seu olhar presente para o já vivido sofre a interferência daquelas experiências; muitas vezes ele não espelha a “verdade” sobre a vida passada, mas se limita a lembrar aquilo que ele quer ou pode recordar, à luz das vivências mais recentes. Nesse sentido, o informante estaria fazendo *interpretações*, e não expondo a *verdade*. Essa é uma questão que freqüentemente preocupa os historiadores, que sempre recomendaram que se fizesse a crítica do dado, da fonte, do documento, para averiguar sua veracidade. Daí a constante desconfiança acerca da confiabilidade de certos relatos.

É, portanto, sempre problemática essa busca de apreensão da *verdade* dos acontecimentos narrados por um informante. Como uma possibilidade de resposta a esse tipo de preocupação lembro a perspectiva teórica de Clifford Geertz (1978), segundo a qual os cientistas sociais lidam sempre com *interpretações*, sendo que a por eles construída é a interpretação da interpretação fornecida pela pesquisado: “por definição, somente um ‘nativo’ faz a interpretação em primeira mão: é a *sua* cultura” (p. 25).

Outra crítica refere-se aos problemas técnicos relacionados à coleta, ao processamento e à análise dos dados no âmbito da metodologia qualitativa. Também aqui os críticos apontam para dificuldades na coleta de informações, na medida em que ela depende da confiança estabelecida entre pesquisador e pesquisado. Além disso, os métodos qualitativos exigem um grande investimento de tempo e pessoal bastante qualificado sociologicamente para essa tarefa, sobretudo considerando a ampla variedade de material a que se pode ter acesso. A imensa massa de dados obtida dificulta a organização e análise, fazendo com que a eficácia do estudo dependa, sobretudo, da capacidade do pes-

quisador e da definição de caminhos para o melhor aproveitamento do material coletado. De uma maneira geral, as críticas acentuam o caráter descritivo e narrativo, além de ilustrativo que a maioria dos trabalhos apresenta, especialmente quando utilizam o método da história de vida.

Um quarto ponto importante das críticas diz respeito à suposta impossibilidade de os resultados de uma pesquisa com base na metodologia qualitativa, especialmente os estudos de caso, servirem de base para generalizações. A essa objeção se devem contrapor também os argumentos que expus anteriormente sobre o problema da representatividade e do critério estatístico. Não cabe, a meu ver, no uso da metodologia qualitativa, a preocupação com a generalização, pois o que a caracteriza é o estudo em amplitude e em profundidade, visando a elaboração de uma explicação válida para o caso (ou casos) em estudo, reconhecendo que o resultado das observações são sempre parciais. O que sustenta e garante a validade desses estudos é que “o rigor vem, então, da solidez dos laços estabelecidos entre nossas interpretações teóricas e nossos dados empíricos” (Laperrrière, 1997, p. 375).

Questões éticas

A metodologia qualitativa, mais do que qualquer outra, levanta questões éticas, principalmente, devido à proximidade entre pesquisador e pesquisados. Ainda que a maioria dos pesquisadores (especialmente os sociólogos) dedique pouca atenção a essa questão, existe uma elaborada discussão — principalmente entre os antropólogos — que procura dar conta dos problemas decorrentes da relação de alteridade entre os dois pólos na situação de pesquisa. Refiro-me, particularmente, às possíveis consequências para a vida de pessoas, grupos e culturas da presença (e da intromissão) de indivíduos portadores de saber, estilo de vida e cultura diferentes. A presença de pesquisadores, muitas vezes disfarçada, pode envolver os observados, pode manipulá-los de acordo com

seus interesses e objetivos, introduzindo tensões, provocando rupturas. Segundo Zaluar (1986), o cientista social não deve esquecer que a relação que se estabelece entre o observador e o observado é uma relação social e política.

Para o pesquisador, com muita frequência, o mais importante é a pesquisa a ser feita, e os outros são vistos como informantes, ou seja, devem estar a serviço dele para lhe fornecerem os dados que lhe são fundamentais – “fundamentais”, na verdade, para a sua carreira e não para a vida daquele grupo ou para os indivíduos que dele fazem parte. Ele se coloca acima dos outros, da mesma maneira, aliás, como a própria ciência, enquanto discurso ideológico, freqüentemente se coloca em relação a tudo o mais: o saber científico é “o” conhecimento a partir do qual todos os outros são articulados, entendidos e explicados. Essa prerrogativa dá ao pesquisador e a seu trabalho uma força que ele nem sempre busca analisar ou controlar.

Outro aspecto importante dessa discussão reside no fato de que os cientistas sociais tendem freqüentemente a tomar como objeto de investigação grupos sociais com os quais têm alguma identificação política. Neste caso, temos que estar constantemente alertas, especialmente quando usamos metodologia qualitativa, para que, em vez de cientistas, não nos transformemos em militantes de uma causa ou de um movimento, que olham e procuram entender a realidade não como ela é, mas como gostaríamos que ela fosse. Esse tipo de conhecimento é expressão da ideologia e não da ciência. Seja como cientistas (ou mesmo como assessores), a nossa relação com o outro, que também é sujeito portador de um conhecimento, não deve ser marcada pela intenção de fornecer uma direção, segundo um projeto político que é o nosso. Ou de olhar para o “nosso objeto” a partir de uma concepção política que, antes de permitir uma análise objetiva, nos leve a realizar avaliações. Temos que fornecer um conhecimento que ajude es-

ses sujeitos a se fortalecerem enquanto sujeitos autônomos, capazes de elaborar o seu projeto de classe. Autonomia dos sujeitos pressupõe a liberdade no uso da razão. O papel dos cientistas deve ser, portanto, o de fornecer um conhecimento que ajude o outro a se fortalecer como sujeito autônomo capaz de elaborar seu próprio projeto político. A autonomia dos sujeitos pressupõe precisamente a liberdade no uso da razão. Não cabe ao cientista reforçar ideologias existentes, mas fornecer instrumentos para desvendá-las e superá-las.

Um pouco de história

Gostaria de explicitar o ponto de vista com o qual dialogo o tempo todo, isto é, o lugar de onde partem essas críticas feitas à metodologia qualitativa. Refiro-me aos cientistas sociais que, por influência da sociologia norte-americana, têm uma outra concepção da sociologia como ciência e das suas possibilidades de compreensão da realidade social. Enquanto a metodologia qualitativa está muito mais voltada a aspectos micro-sociológicos, a orientação norte-americana que tem prevalecido volta-se para aspectos macro-estruturais e busca um desenho de pesquisa que trabalhe com uma multiplicidade de casos. Defendem, assim, um padrão de investigação que recebeu o nome de *Survey Research*.

Esse movimento acentuou-se no período posterior à Segunda Guerra Mundial e estimulou o predomínio dos métodos quantitativos de investigação. Duas grandes pesquisas, realizadas nos Estados Unidos durante aquela deflagração, serviram como matriz desse padrão de trabalho: uma, dirigida por Theodor Adorno (1903-1969), foi chamada de *The Authoritarian Personality*; outra, dirigida por Samuel Stouffler, denominada *The American Soldier*. Mas a influência mais decisiva foi a do austríaco Paul Lazarsfeld, radicado nos Estados Unidos após ter sido convidado pela Fundação Rockefeller, de quem recebera uma bolsa de pesquisa. Ele idealizou a criação do Bureau of Applied Social

Research, da Universidade de Colúmbia, uma espécie de multinacional de pesquisa que levou esse padrão de pesquisa para a Europa, no final dos anos 1950, e depois para a América Latina.

Sob sua influência, passaram a ser realizadas pesquisas por encomenda de clientes, muitos dos quais eram agências do Estado norte-americano. Em sua maioria, atendiam a demandas mercadológicas e publicitárias, e eram sustentadas por financiamentos exteriores à universidade. Nos anos 1960, por exemplo, 50% da renda da Universidade de Colúmbia provinha desses contratos de pesquisa. Tal modelo até hoje influencia boa parte das instituições de pesquisa nos Estados Unidos. O próprio Adorno – que trabalhou nesse Centro de Pesquisa – entrou em conflito com essas práticas, quando se propôs a fazer a chamada “crítica dos clientes”, enquanto Lazarsfeld preconizava um “atendimento dos desejos do cliente” (Pollack, 1986, p. 58). Wright Mills (1959), que também esteve ligado a esse Centro de 1945 a 1948, fez uma reflexão crítica sobre aquele modelo em *A imaginação sociológica*.

Esse tipo de pesquisa retoma o modelo das ciências exatas e naturais. Lazarsfeld, que estudou Física e Matemática, se aproximou das ciências sociais por meio da estatística e de estudos relacionados com a psicologia social. Ele dizia que não lhe interessavam os problemas que estava pesquisando, mas sim as técnicas a serem utilizadas. O paradigma adotado era o de uma ciência asséptica, objetiva e, por isso, descomprometida com juízos de valor. A sociologia, enquanto ciência, aparecia não como resultado da “reflexão livre, a intuição e a imaginação, mas da rigorosa aderência aos procedimentos” (Nisbet, 2000, p. 115). Teve início, como acentua Nisbet, a primazia do mito do método. Sob a égide da neutralidade e da objetividade científica, privilegiou-se a *Survey Research*, um conjunto de técnicas empíricas que se firmou como o único válido e aceitável, como forma de se opor ao ensaísmo e à ideologização do conhecimento sociológico.

Desse ponto de vista, a transformação metodológica ocorrida foi frequentemente con-

siderada como a *profissionalização* da sociologia, em oposição ao artesanato intelectual outrora predominante. O sociólogo (na universidade, mas principalmente em centros de pesquisa) apropriava-se de um aparato instrumental moderno e cada vez mais sofisticado, que lhe garantiria a realização de trabalhos considerados realmente científicos, discutidos e elaborados por uma equipe de pesquisa, interdisciplinar, requisitando amplos recursos, incorporando a linguagem da informática e, principalmente, apresentando e publicando resultados importantíssimos... para a construção de sua *carreira*.

Nesse processo, o sociólogo relegou ao esquecimento questões fundamentais que estavam profundamente ligadas à emergência da sociologia, e que permitiram entendê-la “como uma reação ou resposta intelectual, ou mais especificamente ideológica, às principais lutas sociais e políticas dos últimos duzentos anos, que foi traduzida para um contexto acadêmico e profissional” (Shaw, 1982, p. 31). À medida que a sociologia se afirma como *profissão* – e não mais como *vocação* (idéia ligada às noções de *ofício*, de *artesanato*) – o sociólogo profissional, comprometido apenas com o desenvolvimento da ciência (e muitas vezes com os interesses de quem financiava a pesquisa), deixou de se preocupar com questões éticas relacionadas ao uso de seu conhecimento tais como: a quem interessa o seu trabalho? Para quem trabalha? Por que está desenvolvendo determinado projeto de pesquisa? Quais as implicações de seu trabalho?

Esse formalismo metodológico (também chamado de cientificismo ou de empirismo abstrato) começou a ser criticado no final dos anos 1950, mas foi mais intensamente contestado durante os 60 e início dos 70 do século passado. A principal crítica relacionava-se ao fato de que o desenvolvimento do chamado ponto de vista estatístico coincidiu com o crescimento de um compromisso ideológico da disciplina com diferentes aspectos da ordem vigente. Sociólogos como Mills (1982), Nisbet (2000) e Dahrendorf (1966) apontaram os dilemas da sociologia que

se debatia entre o empirismo abstrato e a grande teoria. Na realidade, a sociologia passou por uma crise, em decorrência da própria crise por que passava a sociedade ocidental do pós-guerra, bem como da tensão entre os sociólogos e a influência predominante do estrutural-funcionalismo, como aponta Martin Shaw (1982, p. 38).

A própria retomada da metodologia qualitativa nos anos recentes, especialmente a redescoberta da história de vida, a meu ver, resultou, por um lado, do predomínio de correntes teóricas voltadas para a problemática do sujeito e da interpretação que ele faz de sua situação social e, de outro, pela crise do marxismo, pelo menos do questionamento do determinismo economicista e da afirmação de interpretações dentro do materialismo histórico que buscam recuperar a problemática do indivíduo, da pessoa singular, vendo-a como um singular universal, como uma particularização da história humana (Sartre, 1966).

Ou ainda, a tentativa de ver o indivíduo não mais como objeto, mas como sujeito do conhecimento e da história. E o sociólogo, então, deixa de ser o intelectual preocupado com a sua trajetória profissional e reaparece como aquele comprometido com o destino da humanidade, realizando a *promessa* da sociologia (Mills, 1959).

Podemos dizer hoje, tanto no que se refere às ciências sociais quanto às ciências naturais, que a concepção clássica de ciência tem sido posta em discussão, visando uma reconstrução e desdogmatização. No plano epistemológico, por exemplo, alguns filósofos contestam se, de fato, pode-se atribuir à ciência a finalidade de descobrir a verdade sobre o mundo empírico. Para um certo ponto de vista, a questão não é a de discutir o que fazer a respeito de nossas opiniões, idéias ou juízos de valor sobre a sociedade, mas, sim, de procurar fazer com que imagem que temos dela seja útil para ela, ou seja, se somos capazes de desenvolver hábitos de ação permitindo confrontar a realidade, de maneira a garantir ganhos no sentido intersubjetivo, em criatividade, em solida-

riedade e de capacidade de ouvir todos aqueles que sofrem. O argumento é de que o desejo de objetividade deve ceder lugar ao desejo de solidariedade.

Ou dito de outra maneira, se no momento do nascimento das ciências sociais no século XIX a maior preocupação era, conforme o modelo das ciências naturais, neutralizar o mais possível os interesses políticos e éticos do analista, para atingir mais facilmente a realidade objetiva ou a verdade, o que esses autores preconizam é que hoje o mais importante é produzir um conhecimento além de útil, explicitamente orientado por um projeto ético visando a solidariedade, a harmonia e a criatividade (Pires, 1997).

A antropóloga francesa Yolande Cohen² (1993) fala da importância dos movimentos sociais para essa retomada de sentido, na medida em que os movimentos sociais passaram a exigir das ciências sociais uma outra postura diante deles. A aproximação do pesquisador em relação a seu objeto de pesquisa atende, antes de tudo, à necessidade de ele se colocar ao lado dos movimentos sociais, realizando pesquisas que lhes sejam úteis. Tal compromisso, entretanto, não significa que o pesquisador não tenha que zelar pelo caráter científico de sua produção intelectual.

Observo, por fim, que a principal inspiração para uma retomada de sentido do trabalho sociológico talvez venha do próprio Wright Mills, cuja obra foi recuperada pelos críticos do formalismo metodológico, sobretudo a importância que esse autor tem para a reafirmação da imaginação sociológica – que ele tomava como uma qualidade do espírito e como uma expressão do conhecimento sociológico que deve ser transmitido para aqueles aos quais esse conhecimento interessa.

Por esse ponto de vista, todo conhecimento deve ser dirigido a alguém ou a um gru-

2. Professora de História da Universidade de Québec, especialista em história das mulheres. Suas pesquisas se voltam principalmente para a história dos movimentos sociais e identitários na França e no Canadá durante o século XX.

po que dele tem necessidade, e está relacionado ao que ele chamava de “política da verdade” – pela qual um conhecimento teria de se transformar em discurso político eficaz. Ao escrever, um autor deve preocupar-se com a possibilidade de que seu discurso venha a ser apreendido pelo outro que dele necessita. É isso que contribuirá para a difusão da imaginação sociológica – uma sensibilidade, uma qualidade do espírito que construirá um novo estilo de pensamento e uma nova

maneira de explicar o mundo que nos cerca. Somente os cientistas sociais conseguem trabalhar com as categorias que permitem elaborar esse conhecimento; porém, uma vez que esse conhecimento tenha algum sentido, ajudará a transformar a maneira de pensar e de ser do público. Essa demanda, a meu ver, está presente hoje em muitas das discussões que vêm se desenvolvendo nas ciências sociais, especialmente nas que dizem respeito à metodologia qualitativa.

Referências bibliográficas

- BECKER, H. S. **De que lado estamos?** Uma teoria da ação coletiva. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- COHEN, Y. História Oral: uma metodologia, um modo de pensar, um modo de transformar as ciências sociais? **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo, 1993.
- DAHRENDORF, R. **Sociedad y sociología: la ilustracion aplicada**. Madrid: Editorial Tecnos, 1966.
- Da MATTA, R. **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.
- FERNANDES, F. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.
- _____. O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros. **A sociologia no Brasil**. Petrópolis, p. 50-76, 1977.
- FERNANDES, F.; BASTILDE, R. **Branco e negro em São Paulo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.
- GEERTZ, C. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: _____. **A Interpretação das Culturas**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 13-41, 1978.
- LAPERRIÈRE, A. La theorisation ancrée (grounded theory): démarche analytique et comparaison avec d'autres approches apparentées. In: POUPART, J. et al. **La recherche qualitative: enjeux épistémologiques et méthodologiques**. Canadá: Gaëtan Morin Éditeur, 1997, p. 309-340.
- MALINOWSKI, B. Introdução: tema, método e objetivo desta pesquisa. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo, 1978, p. 17-34.
- MILLS, C. W. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1959.
- MINTZ, S. W. Encontrando Taso me descobrindo. **Dados: Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 45-58, 1984.
- NISBET, R. A sociologia como forma de arte. **Plural: Revista do Curso de Pós-Graduação em Sociologia da USP**. São Paulo, n. 7, p. 111-130, 2000.
- PIRES, Á. P. De quelques enjeux épistémologiques d'une méthodologie générale pour les sciences sociales. In: Poupart, J. et al. **La recherche qualitative: enjeux épistémologiques et méthodologiques**. Canadá: Gaëtan Morin Éditeur, 1997, p. 3-53.
- POLLAK, M. P. F. Lazarsfeld, fundador de uma multinacional científica. In: ALVAREZ-URÍA; FERNANDO E VARELA; JULIA (Orgs.). **Materiales de sociología crítica**. Madrid: Ediciones de La Piqueta, 1986, p. 37-82.

SARTRE, J-P. **Questão de método**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

SHAW, M. A crise iminente da Sociologia radical. In: BLACKBURN, R. **Ideologia na Ciência Social**: ensaios críticos sobre a teoria social. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 30-41, 1982.

THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, p. 15-30, 1980.

ZALUAR, A. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In: CARDOSO, R. (Org.) **A aventura antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 107-123, 1986.

Recebido em 27.06.04

Aprovado em 04.08.04

Heloisa Helena T. de Souza Martins é professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Publicou os livros *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil* (1989) e *Igreja e movimento operário no ABC: 1954 -1975* (1994). Atualmente estuda o tema Juventude e Trabalho.